

ARTIGO

A COMPOSIÇÃO DO MS. 10121 DA BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA (C. 1516-1543): O LIVRO DOS FEITOS ENTRE A EPIGRAFIA E A PALEOGRAFIA

THE COMPOSITION OF THE MS. 10121 OF THE BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA (C. 1516-1543): THE BOOK OF DEEDS BETWEEN EPIGRAPHY AND PALAEOGRAPHY

LUCIANO JOSÉ VIANNA*

RESUMO

Neste artigo, analisamos um dos manuscritos da tradição textual catalã do *Livro dos Feitos*, ou seja, o ms. 10121 da Biblioteca Nacional de España. Tal manuscrito contém a vida do rei Jaime I de Aragão (1208-1276), um dos reis mais conhecidos do contexto territorial da coroa aragonesa. A partir de informações epigráficas e paleográficas do manuscrito, e a partir de propostas metodológicas voltadas para a ciência epigráfica e paleográfica, tentaremos determinar o contexto de composição do manuscrito, principalmente considerando as características simbólicas de tais informações presentes no mesmo. Para isso, nos ateremos aos estudos de Elisa Ruiz, Robert Favreau, Gimeno Blay, Ramsay MacMullen e Marc Mayer. Nossa conclusão é que os aspectos simbólicos presentes neste documento devem ser considerados como principais para compreender o motivo de sua composição, ou seja, a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Epigrafia; Paleografia; *Livro dos Feitos*; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

In this article, we analyse one of the manuscripts of the Catalan textual tradition of the *Book of Deeds*, that is, the MS. 10121 of the Biblioteca Nacional de España. This manuscript presents the life of the king James I of Aragon (1208-1276), one of the most known kings of the territorial context of the Crown of Aragon. From the manuscript's epigraphical and palaeographical informations, and from methodological proposes of the epigraphic and palaeographic science, we will try to establish the context of composition of the manuscript, mainly considering the symbolical characteristics of it. For this, we will consider the studies of several authors, for example, Elisa Ruiz, Robert Favreau, Gimeno Blay, Ramsay MacMullen e Marc Mayer. Our conclusion is that the symbolical aspects present in this document should be considered as principal in order to understand the motive of this composition, that is, from an interdisciplinary perspective.

KEYWORDS: Epigraphy, Palaeography, *Book of Deeds*, Interdisciplinarity.

Introdução: Informações paleográficas e epigráficas do ms. 10121 da BNE

Il disegno delle capitali latine di forma epigrafica (delle ‘lettere maiuscole antiche’, nella nomenclatura coeva) costruite ‘con ragione di geometria’ o tracciate ‘per pratica’, costituisce uno dei motivi principali dell’arte della scrittura nel secolo XVI. Se nell’opera dei calligrafi interessati soprattutto alla lettera cancelleresca – come Ludovico degli Arrighi Vicentino o Giovanni Antonio Tagliente – il disegno delle capitali occupa un posto che non è di primo piano (il Vicentino, tuttavia, non va dimenticato, è autore di un raffinatissimo alfabeto romano maiuscolo, intagliato in bianco su fondo nero, che sarà spesso imitato), nella maggioranza dei libri di modelli, invece, la costruzione di quelle lettere rappresenta la prova ultima, decisiva dell’abilità artistica e della scienza del caligrafo.¹

Durante os últimos cem anos, a ciência histórica passou por diversas mudanças de paradigma historiográfico.² Diversos diagnósticos foram feitos, elaborados, pensados e apresentados,³ o que demonstra que as mudanças na historiografia foram constantes e sempre influenciadas pelos contextos nos quais foram produzidas. Desde então, o modo de fazer história por parte de historiadoras e historiadores passou por mudanças tão aceleradas que, aquelas características destacadas hoje, podem não ser as mesmas dentro de dez anos.⁴ Também é certo que essa mudança foi proporcionada pelo contato que os historiadores tiveram (e mantiveram, constantemente) com disciplinas próximas ao seu território, tais como a sociologia e a antropologia, assim como a paleografia, a codicologia e epigrafia, as quais proporcionaram novas formas de se observar e analisar os objetos de estudo: foram descobertos e propostos novos caminhos de pesquisa, estabeleceram-se novas perspectivas de trabalho e foram implementadas e iniciadas novas formas de pesquisa. Nada melhor que o

subtítulo de um livro de Jacques Le Goff e Pierre Nora que destaca bem este aspecto e esta mudança na forma de escrita da história contemporânea: *problèmes, approaches, objets*.⁵

Na escrita da história, por diversas vezes o mesmo passado foi lembrado em diferentes contextos, de forma que diversos manuscritos que contêm o mesmo texto constituem a tradição manuscrita de um documento, a qual pode apresentar diferenças textuais, paleográficas e codicológicas entre si e, principalmente, diferentes motivos de composição. Neste sentido, devemos reconhecer o significado do retorno ao passado realizado pelos medievais nos momentos em que o necessitavam,⁶ de forma que os exemplos pretéritos eram utilizados em contextos específicos no presente. Assim, considerando a relação intrínseca entre texto e contexto, podemos afirmar que um dos motivos pelos quais ocorria o processo de transmissão textual de uma determinada obra, era pelas necessidades políticas dos patrocinadores das mesmas,⁷ as quais muitas vezes serviam como um *locus* para articular os problemas, intenções e representações contemporâneas.

As palavras de Jaume Aurell em relação ao estudo das crônicas medievais nos servem para compreender a proposta atual de estudo das mesmas:

Ya no se trata tanto de distinguir lo verdadero de lo falso en los textos históricos medievales, de localizar los pasajes espurios de las crónicas, como de analizar las relaciones entre el texto y el contexto. Se parte de la idea de que esas narraciones tienen una intencionalidad concreta. Se tiene en cuenta que la literatura de ficción prolifera en las sociedades sin excesivas necesidades de justificación y, en cambio, los textos históricos abundan en las sociedades problematizadas, que precisamente buscan consolidarse a través de la aprehensión de un

pasado remoto glorioso. Se huye de una lectura ingenuamente racionalista y positivista de las crónicas, buscando una interpretación que tenga en cuenta sus simbologías, sus mitos, sus medias verdades y sus elocuentes silencios.⁸

O *Livro dos Feitos* (*LdF*) é uma crônica que foi composta originalmente em catalão no final do século XIII para representar a vida de um dos reis mais conhecidos da Coroa de Aragão: Jaime I (1208-1276). O êxito deste documento é representado pelas diversas cópias realizadas entre os séculos XIV e XIX e que hoje representam a tradição textual do *LdF*, ou seja, os objetos historiográficos do *LdF* pertencentes a três tradições: catalã, latina e aragonesa. Os aspectos textuais, codicológicos, paleográficos e visuais destes objetos historiográficos obedecem aos mais diversos tipos de simbolismos e representações, sempre de acordo com o contexto no qual foram compostos. Ademais, nos últimos séculos foram realizadas várias traduções a outros idiomas, apresentando a um público amplo a vida do rei Dom Jaime I de Aragão (1208-1276).⁹

Jaime I foi conde de Barcelona e rei de Aragão entre os anos 1214 e 1276. É considerado um dos reis mais importantes da Coroa de Aragão e conhecido como “conquistador”, pois atuou contra os muçulmanos na Península Ibérica no processo conhecido como Reconquista, conquistando as cidades de Maiorca (1229) e Valência (1238).¹⁰ Sua vida foi retratada em diversos documentos a partir do século XIII, dentre eles o *LdF*, e uma das cópias do *LdF* é representada pelo ms. 10121 da Biblioteca Nacional de Espanha (BNE).¹¹

Neste sentido, nossa intenção neste artigo não está voltada para analisar propriamente a vida do rei Jaime I, mas sim observar como a

mesma foi interpretada no ms. 10121 da BNE a partir de aspectos epigráficos e paleográficos. Neste sentido, nossa análise será interdisciplinar, de acordo com as características do objeto a ser analisado, basicamente trabalhando com informações paleográficas e epigráficas encontradas no mesmo.

O ms. 10121 da BNE, um dos mais enigmáticos da tradição textual do *LdF*, é considerado por Gimeno Blay como um objeto “que teve uma presença mais que discreta” nas terras da Coroa de Aragão, graças à sua apresentação gráfica com uma escrita humanística *antiqua* e com as capitais epigráficas romanas, aspecto que o torna único na tradição textual do *LdF*:

L’escritura emprada en l’exemplar manuscrit de la Biblioteca Nacional de Madrid fa l’efecte que respon a la voluntat precisa d’imitar un model de llibre que tingué una presència més que discreta als territoris peninsulars de la corona d’Aragó, com ho prova la minsa i reduïda presència de llibres humanístics copiats als territoris peninsulars de la confederació catalanoaragonesa, així com l’escàs nombre de copistes i escrivans que utilitzaren l’escritura dels humanistes, siga l’antiqua, siga la humanística cursiva.¹²

Composto em pergaminho e pertencente à tradição catalã, o manuscrito apresenta 110 fólhos enumerados a lápis em cada página (com um total de 219 páginas), escrito em duas colunas, com medidas de 315x241mm e contém 484 capítulos. Em termos paleográficos, a escritura apresentada é uma humanística livresca, também conhecida como *antiqua*, com a presença de algumas características góticas. As letras capitais são humanísticas seguindo o modelo das capitais epigráficas romanas. O *incipit* diz: “Aquest és lo començament del pròlech sobre lo libre que féu lo gloriós rey En Jaume per la gràtia de Déu rey d’Aragó, de Mallorques e de València,

comte de Barcelona e de Urgell e de MuntPELLER, de tots los fets e de les gràties que nostre Senyor li féu en la sua vida”; e o *explicit* diz: “Finito libro sit laus et gloria Christo. Visqué lo rey En Jaume, après que hac presa València, XXXVII anys. Era de LXXII anys quant morí”.

Seguindo as observações paleográficas de Anscari Mundó, Jordi Bruguera afirmou que a época de composição do manuscrito localiza-se na primeira metade do século XVI.¹³ Por outro lado, José Maria Rocamora situou a composição do mesmo no século XVII.¹⁴ O estabelecimento da datação através das características paleográficas esteve em discussão, e hoje propõe-se outras datas. Escartí e Ferrando, por exemplo, propuseram como data de composição a primeira metade do século XV.¹⁵ De fato, essas propostas divergentes foram elaboradas porque no território da Coroa de Aragão os testemunhos escritos evoluíam enquanto eram compostos, já que cada manuscrito compartilhava formas e tradições diferentes.

Com características de um livro de registro de chancelaria, o ms. 10121 da BNE apresenta a influência da *antiqua* em sua escrita, e por este motivo se constitui um caso excepcional. Devemos destacar que estas características colocam o ms. 10121 da BNE em evidência dentro da tradição textual do *LdF*, já que é o primeiro exemplar desta tradição textual que participa dos aspectos humanísticos, em contraposição aos manuscritos anteriores, os quais apresentavam características paleográficas góticas.

De fato, as características paleográficas deste manuscrito podem nos oferecer muitas indicações sobre o seu contexto de composição. Inicialmente, podemos considerá-lo como um produto da historiografia humanística, razão pela qual, segundo a proposta de Mundó,¹⁶ devemos

situá-lo na primeira metade do século XVI e, portanto, composto durante o reinado de Carlos V o imperador.

Um dos resultados das mudanças do sistema gráfico dessa época foi a superação dos modelos góticos e a criação de uma escritura chamada de *littera antiqua*. A composição desse tipo de letra surgiu no contexto da cópia de manuscritos carolíngios, erroneamente considerados pelos humanistas como produtos que pertenceram diretamente às elites carolíngias.¹⁷ O uso deste tipo de letra significava, portanto, a recuperação de um passado não somente textual, mas também simbólico.¹⁸

Assim, seguindo os conselhos metodológicos de Elisa Ruiz, no momento de interpretar os dados paleográficos deste objeto devemos compreender que há um:

real del contenido del mensaje, una localización tópica y cronológica del mismo, una indagación sobre su autor material y sus motivaciones, una investigación que nos ilustre acerca de su incidencia en los eventuales destinatarios, etc. Esta nueva orientación de la Paleografía amplía notablemente su campo de acción, al tiempo que le confiere una fundamentación epistemológica de la que parecía carecer.¹⁹

A presença das capitais epigráficas clássicas é outra característica visual do manuscrito. Na história da escrita há momentos nos quais observamos a recuperação da capital epigráfica clássica, como, por exemplo, nos séculos XI e XII. O uso da capital romana de maneira epigráfica no século XVI representava a prova decisiva da habilidade artística do calígrafo, e a forma gráfica latina foi considerada a forma mais nobre de todas as letras. Os tratadistas do século XVI preocuparam-se pela perfeição destas capitais e pela “divina proporção” em sua composição.²⁰

Certamente, a capital epigráfica romana foi empregada sobre suportes resistentes, como, por exemplo, as pedras. Entretanto, ao analisar este manuscrito, encontramos a mesma representada sobre um suporte menos resistente em comparação com uma pedra, ou seja, um pergaminho. Neste sentido, devemos nos voltar para a definição da ciência epigráfica, a qual encontramos nas palavras de Robert Favreau pronunciadas no final dos anos sessenta do século XX, um contexto no qual a História cada vez mais fazia parte de um âmbito e de propostas interdisciplinares:

On pourrait donc proposer comme nouvelle définition de l'épigraphie : science de ce qui est écrit, en général sur une matière résistante, en vue d'une publicité universelle et durable. La *notion de matière* pourrait être maintenue afin d'assurer une liaison avec la définition traditionnelle, *mais on doit bien admettre que le support matériel de l'inscription est, en tant que tel, indifférent.*²¹

Seguindo a definição da ciência epigráfica proposta por Favreau, podemos considerar, a partir de uma perspectiva mais ampla, a definição dos suportes materiais nos quais se inscrevem os caracteres epigráficos, de forma que podemos incluir nesta definição, portanto, o suporte em pergaminho do ms. 10121 da BNE. Assim, neste artigo consideraremos a análise deste manuscrito a partir da definição exposta por Favreau. As características deste manuscrito – ou seja, a presença das capitais epigráficas romanas em um documento representativo da história da Coroa de Aragão –, juntamente com o fato da amplitude do conceito de suporte epigráfico, autoriza a analisar este documento como um documento epigráfico.

A fascinação pela representação epigráfica romana significava uma aspiração ao nível mais alto da *res publica* gráfica humanística, a qual

suplantou as representações gráficas medievais.²² Este tipo de letra representava a escritura dos tempos modernos em contraposição aos modelos proporcionados pelo gótico e pelo românico.²³ Assim, a sua utilização conferia ao objeto um simbolismo peculiar, de maneira que trasladava o seu aspecto monumental para o objeto.

A falta de informação sobre o local de composição, a data de composição, o patrocinador, o copista, etc., impede-nos de determinar os dados cruciais que poderiam ajudar determinar o contexto de composição do ms. 10121 da BNE. Entretanto, a partir das informações encontradas, podemos inferir que este manuscrito foi composto nos territórios da Coroa de Aragão por algum copista influenciado pelos manuscritos humanísticos. De todas as formas, ao copiá-lo fazendo uma referência ao contexto da antiguidade, o copista pretendia conseguir que este objeto representasse a formação do passado territorial da Coroa de Aragão. Neste sentido, a narrativa do *LdF* se vinculava com um outro passado mais distante, monumental e simbólico, segundo a historiografia humanística, e, portanto, incluía o contexto histórico do passado da Coroa de Aragão dentro da forma simbólica imperial.

O simbolismo epigráfico e paleográfico na Coroa de Aragão no século XVI

Certamente, o fenômeno epigráfico é uma herança do mundo romano. De tal forma que, ao pensar nas questões referentes a esta temática, Ramsay MacMullen utiliza a expressão “epigraphic habit” para se referir à presença desta escrita no mundo antigo. Além disso, MacMullen afirma que para conhecer o ponto principal das questões epigráficas devemos nos

perguntar por qual motivo as pessoas escreviam em pedras, mas não no sentido de analisar a ocasião eleita, mas sim na decisão de dar aos feitos uma representação pública em pedra.²⁴

Em relação aos aspectos paleográficos, podemos afirmar que os mesmos seguem o pensamento do contexto da época. Se observarmos, por exemplo, o formato da letra utilizada no objeto de nosso estudo – humanística *antiqua* –, e considerando o contexto no qual foi composta, veremos que a mesma apresenta mais um aspecto simbólico que gráfico. Isso porque os patrocinadores ou copistas atuavam de acordo com o contexto histórico no qual estavam inseridos e, assim, suprimiam, acrescentavam e modificavam informações de acordo com os seus conhecimentos linguísticos, religiosos, morais, políticos e literários.²⁵ Assim, quando compunham ou patrocinavam um manuscrito, os copistas ou patrocinadores introduziam no objeto características do seu próprio contexto histórico.²⁶ Ademais, fazendo um vínculo entre a perspectiva paleográfica e a epigráfica, observamos que a forma da letra escolhida para a realização da cópia combina em termos de simbolismo com os aspectos epigráficos do manuscrito, ou seja, fazendo referência ao contexto da Antiguidade.²⁷

Devemos recordar que os monumentos epigráficos não desapareceram com o fim do mundo antigo, mas sim perduraram no período medieval. Desde a época visigoda até séculos depois produziram-se inscrições, de forma que continuaram presentes no imaginário coletivo e no imaginário do que se considerava cotidiano.²⁸ Podemos afirmar, portanto, que a epigrafia foi utilizada para fazer propaganda política.²⁹ No presente caso, podemos afirmar o mesmo para o simbolismo paleográfico.

Alguns autores afirmam que as funções mais comuns da epigrafia em um suporte de pedra foram a publicidade, a difusão e a permanência da mensagem, já que o autor desejava perpetuar a sua inscrição entre os destinatários para difundi-la entre a maior quantidade possível de pessoas. Se aplicarmos esta colocação ao pergaminho – de acordo com a definição de epigrafia proposta por Robert Favreau e que apresentamos no início deste artigo – deveríamos considerar que não se tratava de nenhuma reutilização de material, o que ocorria constantemente no contexto medieval,³⁰ mas sim de uma mudança de suporte: a pedra foi substituída pelo pergaminho.³¹ Além disso, devemos considerar que esta mudança apresentava não somente uma apropriação do simbolismo do passado imperial romano – com se se tratasse da simples recuperação de um tipo de letra da antiguidade –, mas também de uma mudança na influência da historiografia do século XVI.

Portanto, com o objetivo de compreender a composição deste objeto e encontrar o seu significado histórico, devemos voltar nossa atenção às capitais romanas epigráficas e às letras *antiqua* presente no manuscrito, considerando principalmente a sua função, o contexto de composição do manuscrito e o significado da vida do rei Jaime I entendida no século XVI, para que, assim, possamos encontrar o motivo da utilização destas representações gráficas para representar a vida do rei Jaime I em um dos manuscritos da tradição textual do *LdF*.

Em relação à perspectiva epigráfica e a sua manifestação no século XVI na Coroa de Aragão, especificamente no Principado da Catalunha, devemos chamar a atenção ao fenômeno dos denominados “falsos” produtos deste século, ou seja, na definição de Gerard González Germain

“textos criados com a intenção de fazê-los passar por textos antigos”.³² Destes estudos não nos interessa a sua “falsidade”, mas sim o seu significado, ou seja, o motivo pelo qual foram compostos e utilizados. Desde este ponto de vista, poderemos analisar o ms. 10121 da BNE como um documento epigráfico que contem a vida do rei Dom Jaime I.

Marc Mayer Olivé analisou o fenômeno dos falsos epigráficos e chegou a algumas conclusões sobre o significado da criação, adaptação ou simplesmente do uso desta forma de documento, os quais destacamos a seguir: 1) utilidade histórica; 2) utilização patriótica;³³ 3) composição por razões sociais ou ideológicas; 4) composição para duplicações monumentais ou para manter a memória histórica.³⁴ Devemos dizer que utilizamos a perspectiva metodológica dos falsos epigráficos não somente porque foram um fenômeno concomitante à produção do ms. 10121 da BNE, mas também porque nos interessa o simbolismo de sua criação, ou seja, a intenção de dar-lhes um aspecto antigo dentro das características da historiografia do século XVI.

Ao comentar a finalidade patriótica dos falsos epigráficos, Mayer destacou que alguns cronistas, como, por exemplo, Jeroni Pujades (1568-1635) e Joan Gaspar Roig Jalpí (1624-1691), utilizaram tais inscrições para justificar as origens romanas das cidades onde haviam nascido.³⁵ Nestes casos, então, podemos observar que há uma relação entre a utilização da epigrafia – ainda que seja falsa – e a busca por um passado distante para estabelecer a origem das cidades. Portanto, a decisão destes autores estava orientada para demonstrar a origem antiga de algumas cidades utilizando capitais romanas. Com isso, aproximamo-nos à função das capitais romanas no século XVI: fazer com que o objeto criado tivesse a aparência política

antiga, um aspecto distante no tempo, e que possuísse um simbolismo político antigo.³⁶

Consequentemente, no contexto de composição do ms. 10121 da BNE, a história, a epigrafia e a paleografia se direcionavam ao passado, à recuperação das características da antiguidade, e os que mantinha unidos era a busca pelo passado e a sua aplicação às formulações históricas e epigráficas contemporâneas.

Carlos V, o Imperador, e a sua presença no Principado da Catalunha: a ideia de império

Devemos justificar o motivo do estudo da recuperação do contexto histórico do Principado da Catalunha em sua relação política com Carlos V para encontrar o contexto de produção do ms. 10121 da BNE, principalmente devido à particularidade deste território em relação aos demais que formavam a Coroa de Aragão, ou seja, o Reino de Valência e o Reino de Maiorca. No Reino de Valência, por exemplo, as chamadas *Germanies* (1519-1523) ocorreram logo no início do reinado de Carlos V, um fato que determinou uma atitude de afastamento do imperador perante o Reino de Valência, pelo menos no começo do seu reinado.³⁷ Neste reino, o movimento das *Germanies*, comandado pela aliança entre a burguesia e a população, foi vencido pela aristocracia com a ajuda do imperador e do exército da Coroa de Castela.³⁸ No Reino de Maiorca, a influência das *Germanies* também se fez presente e teve resultados drásticos, ainda que diferentes dos ocorridos em Valência.³⁹

É claro que no Principado da Catalunha dos anos 1519 e 1520 havia problemas sociais, mas não eram tão graves para causar conflitos sérios

como os que se produziram entre os reinos de Valência e Maiorca. Além disso, os “revoltados” barceloneses pertenciam às classes mais baixas, sem repercussão em outros setores políticos. Esta fase já havia passado no território do Principado durante a Guerra Civil Catalã entre 1462 e 1472, um fato que demonstra que os territórios da Coroa de Aragão tinham uma evolução social diferenciada entre os mesmos.⁴⁰

Por outro lado, devemos considerar que, comparando com os territórios citados acima, no Principado da Catalunha, durante o reinado de Carlos V, não ocorreram conflitos graves entre o rei e os representantes do território, em comparação com o reinado anterior de Fernando o Católico, e também com o posterior, de Felipe II.⁴¹ Carlos V usufruiu, pelo menos inicialmente, de uma situação pacífica com os representantes catalães, talvez influenciado pelas recomendações do seu avô, Fernando o Católico, que afirmou que os reinos da Coroa de Aragão “governavam-se pelos naturais da terra”.⁴² Portanto, apesar que as primeiras atuações do imperador no território catalão não foram totalmente pacíficas – por exemplo, os resultados da reunião das *Corts* de 1519⁴³ – de todos os territórios da Coroa de Aragão o Principado da Catalunha era o local onde havia uma maior tranquilidade política. De todas as formas, podemos afirmar que as *Corts* de 1519, quando Carlos V jurou as *Constitucions*,⁴⁴ reafirmou o pacto estabelecido com os grupos mais influentes do território do Principado, os quais não tinham nenhum interesse por aventuras de futuro incerto, como o que então ocorreu em Valência e em Maiorca.⁴⁵

Mas, “qual era a ideia imperial que Carlos V tinha em 1519?”. Foi desta forma que Ernest Belenquer começou o seu estudo sobre a ideia imperial de Carlos V. Belenquer explicou em cinco pontos a formação da

imagem imperial de Carlos. Em primeiro lugar, criticou a tese de Ramon Menéndez Pidal sobre a “espanholização do imperador” desde os primeiros anos de sua vida, época na qual o imperador dedicou a máxima atenção aos problemas dos territórios flamencos e borgonheses. Em segundo lugar, apresentou a perspectiva de Mercurino Gattinara, chanceler de Carlos V, dentro da historiografia tradicional. Este personagem favoreceu a candidatura de Carlos como imperador sobretudo pela ameaça que representava o monarca Francisco I (1515-1547). Em terceiro lugar, destacou a diversidade da política do monarca diante dos territórios do império. O imperador tratou diversamente os flamencos, os súditos de Castela e da Coroa de Aragão, os territórios do Império Germânico, principalmente no que se refere à Reforma Luterana, e os territórios italianos, os mais voltados para as intenções imperiais. Em quarto lugar, destacou a ideia de Império de Gattinara, segundo a qual este era um objeto político plural territorial. Finalmente, em quinto lugar, destacou a modernidade de Carlos V ao construir um império unitário, com uma hegemonia continental na Europa e nas Índias.⁴⁶

As circunstâncias de uma “Europa dividida” por questões políticas, militares e religiosas, a qual Carlos V teve de fazer frente, dificultaram o seu projeto hegemônico de um grande estado confederado Habsburgo. Diante desta situação, elaborou-se a ideia de um “império particular”, na qual se deve destacar o pensamento de Ginés de Sepúlveda (c. 1540-1560), quando o autor discorreu sobre a posição política do imperador Carlos no território espanhol e a posição da Espanha entre os territórios imperiais. As afirmações expostas em sua obra são cinco: 1) que os *hispani* formavam uma comunidade histórica e tinham formas de vida comum que existiam há

tempos; 2) que o título de rei da Espanha era mais importante que o de imperador; 3) que havia uma preponderância do território castelhano sobre os outros reinos peninsulares e que os reis de Castela eram descendentes diretos dos reis godos; 4) que havia um desenvolvimento da hegemonia castelhana peninsular e 5) que deveria reforçar a ideia de um império espanhol. Além disso, devemos destacar que durante o século XVI outros cronistas trabalharam no sentido de destacar esta ideologia geral e apresentaram a preeminência de um território sobre os outros.⁴⁷ Neste sentido, podemos afirmar que na primeira metade do século XVI, durante o reinado de Carlos V, a literatura enalteceu a preeminência territorial da Coroa de Castela.

Ao estudar as relações entre Carlos V e o Principado da Catalunha, Manuel Fernández Álvarez descreveu as diversas ocasiões nas quais o imperador visitou o Principado da Catalunha: 1519, 1529 (3 meses), 1533 (9 meses entre Monzón e Barcelona), 1535 (2 meses), 1538 (na fronteira com o Reino da França), 1542 (no juramento do seu filho Felipe como príncipe herdeiro) e em 1543 (ocasião na qual instruiu politicamente seu filho Felipe, o futuro rei, na cidade de Palamós). Além disso, em seu estudo o autor afirmou que o imperador tinha preferência por Barcelona, uma das cidades que visitou de forma mais frequente.⁴⁸

Esta presença “intensa” – comparada com os seus antepassados e os seus sucessores – induziu Álvarez a formular duas perguntas centrais para compreender o comportamento do imperador em relação ao Principado da Catalunha. A primeira era como Carlos V compreendia o Principado da Catalunha; a segunda era sobre a imagem que os catalães tinham de Carlos. A resposta à primeira questão foi que o imperador compreendia que o

Principado era uma peça chave na sua política no Mediterrâneo, e se considerava como continuador dos feitos dos seus antepassados catalães, ou seja, da dinastia dos condes de Barcelona e reis de Aragão. A resposta à segunda era que os catalães estavam orgulhosos de formar parte da política imperial.⁴⁹ Pelo menos durante os primeiros anos do seu reinado, houve também uma considerável atenção da elite política barcelonesa em relação à presença do imperador em Barcelona, já que em 1528 estavam preocupados com a sua recepção na cidade, uma vez que não havia precedentes da presença de nenhum imperador.⁵⁰ Álvarez também destaca o trato diferenciado dado pelo imperador aos catalães, considerando-os pelas suas características territoriais tradicionais – destacando, assim, que o imperador os governava segundo a “tradição” – que haviam recebido do passado e mantinham em suas instituições governamentais.⁵¹ Ademais, quando o imperador recebeu a notícia da eleição imperial estava na cidade de Barcelona pelos motivos das *Corts* de Catalunha em 1519.⁵²

Também podemos comprovar a “preferência” do imperador pelo Principado da Catalunha – em comparação com outros monarcas – considerando a quantidade de *Corts* que foram convocadas durante os reinados dos dois reis da dinastia dos Áustrias. Por exemplo, durante o reinado de Carlos I ocorreram sete convocatórias (1519, 1528, 1532, 1537, 1542, 1547 e 1552), ao passo que, durante o de Felipe II, somente ocorreram duas convocatórias (1563 e 1585).⁵³ Além disso, devemos acrescentar uma informação referente a esta relação monarca-território: o rei Carlos V foi o rei que mais vezes se reuniu com os dirigentes do Principado em atos não oficiais.⁵⁴

A relação do imperador com o território do Principado da Catalunha não obriga a admitir a famosa frase que, no século XVIII, escreveu Felieu de la Peña em suas obras quando fez referência ao imperador Carlos I e a sua relação com o território catalão: “Prefiro mais ser conde de Barcelona que Imperador dos Romanos”.⁵⁵ O que devemos destacar, e o que faz sentido para a realização desta pesquisa, é que no começo do reinado de Carlos V, o imperador e os representantes do território catalão mantiveram boas relações políticas. Assim, não podemos aceitar de forma cega a tese de Francesc de Bofarull sobre a “preferência” de Carlos V pelo Principado da Catalunha, mas sim devemos reconhecer que houve uma “considerável atenção” do imperador pelo Principado, o que proporcionou uma paz territorial à Coroa de Aragão, fato que não ocorreu no Reino de Valência nem no Reino de Maiorca, como vimos anteriormente.

Por exemplo, em 1520, o imperador expressou a sua atenção ao Principado desta forma:

Amados y fieles nuestros: Recevi vuestra letra que me embiastes con don Garcia de Padilla del mi consejo y oy lo que el de vuestra parte me dixo, lo qual vos agradezco y tengo en servicio, podeis tener por cierto que todo lo *que a essa ciudat tocare be de mandar mirar y favorecer como es razon y su mucha lealtad lo meresce* segund mas largamente de nuestra parte vos diran, el dicho don Garcia de Padilla y Francisco de los Covos nuestro Secretario, daldes fee y creencia, de Molin de Rey oy lunes. Yo el Rey. – Tatemand, Secretario.⁵⁶

O tratamento do imperador com o Principado da Catalunha basicamente pode ser dividido em quatro períodos, os quais Ernest Belenguer define como: 1) um primeiro momento de aprendizagem, por volta dos anos 20 do século XVI; 2) um segundo momento de êxito

político, nos anos 30, durante o qual começaram a ocorrer pequenos problemas;⁵⁷ 3) uma terceira fase, no início dos anos 40, caracterizada por uma incerteza política e 4) uma etapa final, até o final do seu reinado, na qual o imperador teve uma atitude dura e contrária ao território do Principado.⁵⁸

Destas afirmações, podemos concluir que inicialmente o reinado de Carlos I foi positivo para o governo do Principado, pelo menos até o final dos anos 30 do século XVI. Por este motivo, o resgate da memória do rei Jaime I através da cópia do *LdF* presente no ms. 10121 da BNE, deve ser entendido como ocorrido durante os primeiros anos do governo de Carlos V, considerando principalmente a sua relação com o território catalão. Considerando os territórios peninsulares, observamos que os conflitos se concentraram nas *Germanies* dos reinos de Valência (1519-1523) e de Maiorca,⁵⁹ observadas com maus olhos pelo imperador, um fato que provavelmente favoreceu as boas relações com o Principado da Catalunha desde os primeiros anos de governo. Estas boas relações podem ser situadas entre os anos 1516 e 1529, sobretudo, no ano 1528, na ocasião das *Corts*, quando foi aprovado um serviço de 250.000 libras de pagamento a Carlos V, se bem que a maior parte deste valor ficou na Catalunha.⁶⁰ Devemos recordar que esta primeira estadia do imperador no Principado ocorreu entre 14 de fevereiro de 1519 e 23 de janeiro de 1520.⁶¹

Considerações finais: O simbolismo histórico explicado através da Epigrafia e da Paleografia

Se il principio dell'applicazione del disegno geometrico per la costruzione delle lettere a mezzo della squadra e del compasso non era ignoto allo 'scriptor' del tardo Medioevo (...), è certo che quel principio assume nel

*Rinascimento un valore e un significato del tutto nuovo per l'oggetto, le eccellenti capitali antiche, e per il diverso spirito da cui è informato.*⁶²

Certamente, algumas reminiscências do Império Romano estavam presentes no Ocidente medieval, seja na arte, na literatura, na legislação, na política, na arquitetura ou no direito,⁶³ principalmente durante o momento de recuperação deste contexto no século XVI, de maneira que podemos afirmar que estas manifestações representavam a conexão que os homens medievais estabeleciam com o passado, uma conexão regida por suas intenções e interesses políticos. Assim, se considerarmos o comportamento renascentista – por si mesmo, um retorno ao contexto antigo romano – as representações do passado ainda adquirem mais significado e simbolismo, e são reforçadas pelos seus contextos de composição, já que, uma obra produzida na época renascentista adquiria um grau considerável de simbolismo se imitava uma autoridade do passado.

Devemos compreender, então, que os humanistas copiaram as obras dos séculos XI e XII pensando que consultavam fontes diretas do passado romano, apesar que não deixavam de pertencer aos séculos XI-XII.⁶⁴ E, ao fazer isso, utilizavam aspectos simbólicos – como vimos, paleográficos e epigráficos – voltados para o contexto da Antiguidade. Neste sentido, é imprescindível realizar um diálogo interdisciplinar para se compreender o motivo da composição de manuscritos compostos no contexto final do Medievo a partir dos seus mais diversos aspectos. Como que pensavam que copiavam obras de um passado distante no qual se fundamentavam os preceitos historiográficos da época, adquiriram um considerável simbolismo que este tipo de letra representava para os humanistas. Assim,

podemos concluir, portanto, que o ms. 10121 da BNE, considerando o contexto que foi composto, apresenta um simbolismo do passado antigo atribuído à vida do rei Jaime I, ou seja, uma *forma* imperial acrescentada ao *conteúdo* do reinado do conquistador, copiado durante o reinado de um imperador, Carlos V.

É importante destacar a atitude dos homens daquela época que, ao trabalhar com diversos passados, buscavam uma forma do passado distante – as características epigráficas romanas – para inseri-la em um conteúdo de uma vida de um passado mais próximo – a vida do rei Jaime I (1208-1276). Daí, então, a necessidade de um diálogo interdisciplinar para se compreender a composição destes objetos. A razão pela qual utilizavam este tipo de letra (*antiqua*) e de letra capital (epigráfica romana), imitando o contexto romano, simbolizava a vontade de idealizar e mitificar o passado da Coroa de Aragão no século XVI. Além disso, isso permitia justificar a criação de uma identidade no presente, fato recorrente entre os escritores durante a época humanista, que foi um período chave na formação das identidades territoriais.⁶⁵

A afirmação de Daniel Genís o rei Jaime I e o rei Pedro o *Grande* foram considerados modelos de imperadores nas crônicas catalãs da época moderna⁶⁶ – principalmente nas crônicas de Desclot e de Muntaner – permite que nos perguntemos qual era a compreensão do rei Jaime I de Aragão no contexto do início do século XVI e, conseqüentemente, possibilita que a relacionemos à produção do ms. 10121 da BNE. É certo que, de acordo com Hillgarth, não podemos falar da existência de um império catalão durante os séculos XIII e XIV, porque não havia nenhuma união dos territórios da Coroa de Aragão.⁶⁷ Por outro lado, se

considerarmos a “questão imperial implícita”, destacada por Genís, as informações simbólicas do ms. 10121 da BNE interpretadas a partir da definição ampla de suporte epigráfico de Robert Favreau, a composição dos “falsos epigráficos” e principalmente sua função simbólica, como apresentamos páginas anteriormente, podemos afirmar que o ms. 10121 da BNE foi composto considerando a existência desta ideia de “passado imperial” no Principado da Catalunha.

Assim, devemos interpretar a composição do ms. 10121 da BNE no contexto do governo de Carlos V no Principado da Catalunha, principalmente durante os primeiros anos de governo do imperador (1519-1530), um fato que as informações paleográficas e epigráficas deste manuscrito confirmam. O copista ou o patrocinador deste manuscrito concedeu ao mesmo uma dimensão imperial ao acrescentar um aspecto romano, especificamente relacionado ao tipo de letra utilizada – a humanística *antiqua* – e às letras capitais utilizadas – capitais epigráficas romanas –. Com estes dados, podemos inferir que o copista ou o patrocinador do ms. 10121 da BNE tentou estabelecer um passado imperial às origens da história do território do Principado da Catalunha, razão pela qual desejava atribuir características imperiais ao ms. 10121 da BNE, o qual contém a vida do rei Jaime I de Aragão. Dessa forma, concedia à vida do rei Jaime I um aspecto imperial no mesmo momento no qual o Principado da Catalunha era governado por um imperador, neste caso, Carlos V, o imperador.

Portanto, podemos considerar que o ms. 10121 da BNE é um documento epigráfico, composto em um contexto humanístico no qual as composições epigráficas e paleográficas eram uma das formas de

representar o passado. Além disso, ao escolher as capitais epigráficas romanas e a letra *antiqua* para a composição do manuscrito, o patrocinador demonstrou não somente que estava influenciado pelo contexto de composição, mas também representou a imagem da vida do rei Dom Jaime I tal como a interpretava ou tal como a imaginava o patrocinador.

Notas

*Professor Adjunto de História Medieval na Universidade de Pernambuco/*campus* Petrolina. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco/*campus* Petrolina. Doutor em Cultures en contacte a la Mediterrània pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Institut d'Estudis Medievals (UAB-IEM). Coordenador do *Spatio Serti* – Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística (UPE/*campus* Petrolina). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7355-7609>.

¹ CASAMASSIMA, E. **Trattati di scrittura del cinquecento italiano**. Milano: Il Polifilo, 1966, p. 17.

² AURELL, J. **La escritura de la memoria**. De los positivismos a los postmodernismos. València: Publicacions Universitat de València, 2005.

³ STONE, L. **The Past and the Present**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981; IGGERS, G. G. **New Directions in European Historiography**. Middletown: Wesleyan University Press, 1984; BURKE, P. **New Perspectives on Historical Writing**. Cambridge: Polity Press, 1992.

⁴ HUNT, L. **The New Cultural History**. Berkeley: University of California Press, 1989 e BONNELL, V. E. e HUNT, L. **Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture**. Berkeley: University of California Press, 1999.

⁵ LE GOFF, J. e NORA, P. **Faire de l'histoire**. T.1: Nouveaux problèmes; T.2: Nouvelles approches; T.3: Nouveaux objets. Paris: Gallimard, 1974.

⁶ DAGENAIS, J. **The Ethics of Reading in Manuscript Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 217-218.

⁷ SPIEGEL, G. M. History, Historicism and the Social Logic of the text. In: **The past as text: the theory and practice of medieval historiography**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1997. pp. 3-28.

⁸ AURELL, J. El Nuevo Medievalismo y la interpretación de los textos históricos. **Hispania**. Revista Española de Historia, n. 224 (septiembre-diciembre), v. LXVI, 2006, pp. 809-832.

⁹ **Llibre dels Fets del Rei En Jaume**. 2 vols. (A cura de Jordi Bruguera). Barcelona: Barcino, 1991.

¹⁰ BELENGUER, E. **Jaume I a través de la història**. Vol. I. València: Eliseu Climent Editor, 1984; VILLACAÑAS, J. L. **Jaume I el Conquistador**. Madrid: Espasa Calpe, 2004; BELENGUER, E. **Jaume I i el seu regnat**. Lleida: Pagès editors, 2007; CINGOLANI, S. M. **Historia y mito del rey Jaime I de Aragón**. Barcelona: Edicions 62, 2008.

¹¹ O ms. 10121 da BNE está disponível *online* no seguinte endereço: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/llibre-dels-feits-del-rei-en-jacme-manuscrit--0/html/>. Acesso: 01/03/2019.

¹² GIMENO BLAY, F. M. Manuscrits medievals del 'Llibre dels feits': tradició manuscrita i materialitat. In: **El Llibre dels feits**. Aproximació crítica. València: Publicacions de l'Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2012, pp. 17-34.

¹³ **Llibre dels fets del rei en Jaume**. Vol. I. op. cit., pp. 7-33.

¹⁴ **Catálogo abreviado de los manuscritos de la Biblioteca del Excmo. Señor Duque de Osuna é infantado hecho por el conservador de ella Don José Maria Rocamora**. Madrid: Imprenta de Fortanet, 1882, p. 24.

¹⁵ FERRANDO, A e ESCARTÍ, V. J. **Introducció al Llibre dels fets de Jaume I**. Catarroja-Barcelona: Editorial Afers, 1995, pp. 7-26.

¹⁶ **Llibre dels fets del rei en Jaume**. Vol. I., op. cit., p. 11.

¹⁷ RICO, F. Introducción. In: GIMENO BLAY, F. M. **Admiradas mayúsculas**. La recuperación de los modelos gráficos romanos. Salamanca: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2005, p. 26.

¹⁸ ESTEVE, C. Orígenes, causas e inventores en la historiografía del Renacimiento. **Talia Dixit**, n. 3, 2008, pp. 77-103.

¹⁹ RUIZ, E. **Hacia una semiología de la escritura**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 157-158.

²⁰ CASAMASSIMA, E. **Trattati di scrittura del cinquecento italiano**. Milano: Il Polifilio, 1966, pp. 17-35.

²¹ FAVREAU, R. L'épigraphie médiévale. **Cahiers de civilisation médiévale**, 12e année, n. 48, Octobre-décembre 1969, pp. 393-398. Para uma ampla visão da epigrafia medieval, ver a obra do mesmo autor: **Études d'épigraphie médiévale**. Recueil d'articles de Robert Favreau rassemblés à l'occasion de son départ à la retraite. 1. Text. Réalisé avec le concours de: Université de Poitiers – Faculté des Sciences Humaines et Arts. Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale – C.N.R.S. Société d'Études médiévales. Limoges: PULIM, 1995. Para este assunto também é necessário estudar o texto do Prof. Manuel Ramírez Sánchez sobre a nova definição de epigrafia a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, fato que facilitou as nossas investigações em relaçaõ a este artigo dentro de uma perspectiva interdisciplinar. RAMÍREZ SÁNCHEZ, M. El concepto de Epigrafía.

Projeto História, São Paulo, v. 65, pp. 250-277, Mai.-Ago., 2019

Consideraciones sobre la necesidad de su ampliación, cincuenta años después. **Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita**, n. 15, 2005, pp. 47-76.

²² RICO, F. Introducción, op. cit., p. 25.

²³ GIMENO BLAY, F. M. De la “Luxurians litera” a la “castigata et clara”. Del orden gráfico medieval al humanístico (siglos XV-XVI). In: **XVIII Congrés d’història de la Corona d’Aragó**. València – 2004. La Mediterrània de la Corona d’Aragó, segles XIII-XVI. VII Centenari de la Sentència Arbitral de Torrellas, 1304-2004. Actes Segon Volum. A cura de Rafael Narbona Vizcaíno. València: Universitat de València/Fundació Jaume II el Just, 2005, pp. 1519-1563.

²⁴ MACMULLEN, R. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. **The American Journal of Philology**. Vol. 103, n. 3 (Autumm, 1982), pp. 233-246.

²⁵ BLECUA, A. **Manual de crítica textual**. Madrid: Editorial Castalia, 1983, p. 163.

²⁶ ALTURO I PERUCHO, J. **Història del llibre manuscrit a Catalunya**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2003, pp. 250-257.

²⁷ ESTEVE, C. op. cit, pp. 77-103.

²⁸ SANTIAGO FERNÁNDEZ, J. de. El hábito epigráfico en la Hispania Visigoda. N. Avila Seoane; M. J. Salamanca Lopez; L. Zozaya Montes (Eds.). **VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval (siglos VI-X)**. Madrid, 2009, pp. 291-344; DEBIAIS, V. Les inscriptions médiévales de la Péninsule ibérique et les recherches européennes en épigraphie. **Revista Diálogos Mediterrànicos**, n. 2, 2012, pp. 34-47.

²⁹ MARQUER, J. Epigrafía y poder: el uso de las inscripciones árabes en el proyecto propagandístico de Pedro I de Castilla (1350-1369). **e-Spania**, n. 13, juin 2012 [En ligne], <http://e-spania.revues.org/21058>.

³⁰ SANTIAGO FERNÁNDEZ, J. de. **La Epigrafía latina medieval en los condados catalanes** (815-circ.1150). Madrid: Castellum, 2003, pp. 29-31.

³¹ Explicamos aquí o sentido de “pedra-texto”, já que pode existir o sentido contrario e referente à interação entre os diversos tipos de suporte: “La Rome antique connaissait bien cette pratique de l’inscription ou sur le bronze d’actes publics ou privés, et tel diplôme de l’empereur Galba en 68, gravé et expédié à ses destinataires, avait été ‘copié et vérifié d’après la table de bronze qui se trouve fixée à Rome, sur le Capitole, sur l’autel de la gens Julia’ (Raymond Bloch. L’épigraphie latine. Paris, 1952, pp. 92-93). Il en alla de même en Byzance, témoin cet édit du xe s. ordonnant de planter des cyprès dans les cimetières, gravé sur pierre et conservé en la salle des antiquités chrétiennes au Musée des antiquités d’Istanbul. (...) Certaines de ces inscriptions assurent la publicité d’actes particulièrement solennels. C’est le cas des privilèges concédés en 1111 par l’empereur Henri V aux habitants de la ville de Spire, à la requête de nombreux évêques et princes: l’acte fut gravé, en lettres d’or, sur les portes de la cathédrale de Spire, avec la représentation de l’empereur ‘afin que cette concession demeure ferme et intacte en tout âge’ (*rata et inconvulsa omni aevo permaneat*), et ‘en perpétuelle mémoire du privilège’ (*in perpetuam specialis privilegii nostri memoriam*). Henri V lui-même avait *Projeto História, São Paulo, v. 65, pp. 250-277, Mai.-Ago., 2019*

ordonné de graver cet acte sur les portes de la cathédrale, et la confirmation du privilège par l'empereur Frédéric Ier en 1182 fut elle-même gravée sur une table au-dessus de la précédente, avec également une représentation de l'empereur. Ce fut aussi sur la porte de bronze de la cathédrale de Mayence que fut gravé le texte des privilèges concédés à la ville par l'archevêque Adalbert en 1135, transcription intégrale du texte, en deux parties, occupant quatre-vingt-une lignes. On a retrouvé, il y a une vingtaine d'années, à la cathédrale de Ferrare, la majeure partie de la transcription épigraphique des status de la ville en date de 1173, la encore avec un texte complet. L'acte peut cependant, dans sa forme épigraphique, être réduit à une courte notice, tel le privilège accordé, en 1184, à la ville de Worms par l'empereur Frédéric Ier, qui fut résumé en quelques vers sur une plaque de bronze à la porte de la cathédrale (...)" FAVREAU, R. Fonctions des inscriptions au moyen âge. **Cahiers de civilisation médiévale**. 32e année (n° 127), juillet-septembre 1989, pp. 203-232.

³² "Així doncs, en el nostre treball, on només hem hagut de fer front a falsificacions de tradició manuscrita, parlem de 'falsos' per a referir-nos a textos creats (sigui quin sigui el seu mètode) *amb la intenció de fer-los passar per antics*, i que suposen l'aparició efectiva d'un text autònom." GONZÁLEZ GERMAIN, G. **Estudi i edició de les inscripcions llatines falses d'Hispania (ca. 1440-1550)**. Doctorado, Facultat de Filosofia i Lletres. Departament de Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España, 2011, p. 7. Sobre a questão do falso na epigrafia, ver: CARBONELL MANILS, J. i GIMENO PASCUAL, H. El Corpus Inscriptionum Latinarum ante los falsos. Un largo camino del menoscabo a la valorización. In: Joan Carbonell Manils, Helena Gimeno Pascual y José Luis Moralejo Álvarez (Eds.). **El monumento epigráfico en contextos secundarios**. Procesos de reutilización, interpretación y falsificación. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2011, pp. 15-38.

³³ MAYER, M. **L'art de la falsificació. Falsae inscriptiones a l'epigrafia romana de Catalunya**. Discurs llegit en la sessió inaugural del curs 1998-1999. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1998, pp. 5-29.

³⁴ MAYER, M. Creación, imitación y reutilización de epígrafes antiguos: una discreta huella de la historia de las mentalidades. In: Joan Carbonell Manils, Helena Gimeno Pascual y José Luis Moralejo Álvarez (Eds.). op. cit., pp. 139-159.

³⁵ Idem.

³⁶ DURAN, E. Historiografia dels temps de l'Humanisme. In: BALCELLS, Albert. **Història de la Historiografia Catalana**. Institut d'Estudis Catalans/Secció Històrico-Arqueològica. Barcelona: Limpergraf, SL, 2004, pp. 77-92.

³⁷ BELENGUER, E. **El Imperio hispánico (1479-1665)**. Barcelona: Océano Grupo Editorial, 1995, pp. 152-173. Sobre uma descrição dos acontecimentos no Reino de Valência, ver COLL I ALENTORN, M. **Textos i Estudis de Cultura Catalana. història. 1**. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1992, pp. 297-317.

-
- ³⁸ GARCÍA CÁRCEL, R. **Las Germanías de Valencia**. Barcelona: Península, 1975.
- ³⁹ COLL I ALENTORN, M. op. cit, p. 316.
- ⁴⁰ CASALS MARTÍNEZ, À. **L'emperador i els catalans**. Barcelona: Editorial Granollers, 2000, pp. 95, pp. 107-108.
- ⁴¹ CASALS MARTÍNEZ, À. La predilecció de Carles V pels catalans: aportacions a un tòpic recurrent. **Pedralbes**. Revista d'història Moderna, n. 13, 1993, pp. 67-73.
- ⁴² COLL I ALENTORN, M. op. cit., p. 298.
- ⁴³ BELENGUER, E. op. cit., 1995, pp. 144-148.
- ⁴⁴ Carta de Carlos I á los Concellers, anunciándoles su próxima entrada á la ciudad y juramento de las Constituciones, pero manifestándoles su disgusto por haber llegado á su conocimiento que pretendian presentarle una cédula de protesta respecto á la fórmula del juramento. – Martorell, 7 de febrero 1519. BOFARULL Y SANS, D. F. de. **Predilección del emperador Carlos V por los catalanes**. Memoria documentada leída en la Academia de Buenas Letras en la sesión de 16 de febrero de 1894 por D. Francisco de Bofarull y Sans. Barcelona: Establecimiento tipográfico de Jaime Jepus, 1895, pp. 23-24 (Documento 15).
- ⁴⁵ CASALS MARTÍNEZ, À. op. cit., p. 107.
- ⁴⁶ BELENGUER, E. **El Imperio de Carlos V**. Las coronas y sus territorios. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 78-97.
- ⁴⁷ SIMON I TARRÉS, A. Catalunya dins la monarquia hispànica dels reis catòlics i dels primers Àustries. Les dificultats de l'encaix constitucional. In: **Història de Catalunya**. Dirigida per Albert Balcells. op. cit, pp. 337-355.
- ⁴⁸ ÁLVAREZ, M. F. Carlos V y Cataluña. **Pedralbes**. **Revista d'història Moderna**, n. 5, 1985, pp. 21-29.
- ⁴⁹ Idem.
- ⁵⁰ COLL I ALENTORN, M. op. cit., p. 324.
- ⁵¹ ÁLVAREZ, M. F. op. cit., pp. 21-29.
- ⁵² BELENGUER, E. op. cit., 1995, p. 64.
- ⁵³ PALOS PEÑARROYA, Juan Luis. Las Cortes de Catalunya durante el siglo XVI: apuntes para un estudio social del poder. **Pedralbes**. **Revista d'història Moderna**, n. 5, 1985, pp. 97-116.
- ⁵⁴ CASALS MARTÍNEZ, À. op. cit, pp. 67-73.
- ⁵⁵ PENYA, F. de la. **Anales de Cataluña**, Vol. III, Libro 19, 1709, cap. 3, p. 171.
- ⁵⁶ Agradecimiento del Rey á los catalanes, por medio del consejero Garcia de Padilla. –Molins de Rey, lunes 1520. BOFARULL Y SANS, D. F. de. op. cit, p. 25 (Documento 18). Os itálicos são do autor.
- ⁵⁷ COLL I ALENTORN, M. op. cit, pp. 330-339.
- ⁵⁸ BELENGUER, E. op. cit., 2002, pp. 218-239.
- ⁵⁹ BELENGUER, E. op. cit., 1995, pp. 152-173.
- ⁶⁰ CASALS MARTÍNEZ, À. op. cit, p. 85.

⁶¹ REGLÁ, J. Carlos V. In: **Miscelánea de estudios sobre Carlos V y su época en el IV centenario de su muerte**. Carlos V (1500-1558). Homenaje de la Universidad de Granada. Granada: Universidad de Granada / Secretariado de Publicaciones, 1958, pp. 257-270.

⁶² CASAMASSIMA, E. op. cit, p. 22.

⁶³ Sobre este assunto, ver: WICKHAM, C. **The Inheritance of Rome: a History of Europe from 400 to 1000**. London: Allen Lane, 2009.

⁶⁴ “Secondo un’opinione diffusa questo nome sarebbe nato dall’erronea convinzione che la scrittura dei codici medievali in carolina fosse una scrittura dell’antichità romana e si è dato quindi per scontato che nella ripresa umanistica della carolina abbia avuto un ruolo determinante il desiderio di una totale restaurazione del l’antico.” RIZZO, S. Gli umanisti, i testi classici e le scritture maiuscole. In: **Atti del Convegno Internazionale Il libro e il testo**. Urbino, 20-23 settembre 1982. A cura di Cesare Questa i Renato Raffaelli. Urbino: Arti Grafiche Editorial S.r.l., 1984, pp. 225-241.

⁶⁵ SIMON I TARRÉS, A. Catalunya i la monarquia hispànica en temps de Felip II príncep. **Manuscrits. Revista d’història Moderna**, n. 16, 1998, pp. 101-121.

⁶⁶ GENÍS I MAS, D. **La “Historia de Cataluña” de Rafael de Cervera**. Doutorado, Universitat de Girona. Institut de Llengua i Cultura Catalanes, 2012, p. 86.

⁶⁷ HILLGARTH, J. N. **El problema d’un imperi mediterrani català**. 1227-1327. Raixa: Editorial Moll: Palma de Mallorca, 1984, pp. 119-122.